

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.318 - SC (2019/0276791-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **ATAÍDE MANOEL DA SILVEIRA**
RECORRENTE : **MARIA JOSÉ NUNES DA SILVEIRA**
ADVOGADOS : **PAULO MARCONDES BRINCAS - SC006599**
: **RENATO MARCONDES BRINCAS - SC008540**
RECORRIDO : **PETRONILIO MANOEL DA SILVEIRA**
ADVOGADO : **ESTEFANO AUGUSTO BECKER - SC003726**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ATAÍDE MANOEL DA SILVEIRA E OUTRA, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. REJEIÇÃO DA ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. QUESTÃO QUE NÃO SE ENQUADRA EM QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ART. 1.015 DO CPC. ROL TAXATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. PRECEDENTES DESTES ÓRGÃO FRACIONÁRIO. DECISÃO, ADEMAIS, PROFERIDA ANTERIORMENTE AO JULGAMENTO DO TEMA 988 DO STJ. INAPLICABILIDADE DO REFERIDO JULGADO. POSSIBILIDADE, DE QUALQUER SORTE, DE APRECIÇÃO DA TEMÁTICA EM FASE DE APELAÇÃO, ASSEGURADA À PARTE O DIREITO À PRODUÇÃO DE PROVAS SOBRE A QUESTÃO. MONOCRÁTICA QUE SE MANTÉM INCÓLUME. RECURSO DESPROVIDO" (e-STJ fl. 50).

Nas razões do especial, os recorrentes alegam que o aresto recorrido deu interpretação divergente da conferida pelo Superior Tribunal de Justiça e por outros tribunais estaduais no tocante ao artigo 1.015, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentam, em síntese, que é plenamente admissível o agravo de instrumento contra decisão que rejeita a alegação de prescrição, porquanto se trata de matéria de mérito.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso merece prosperar.

O Tribunal de origem não conheceu do agravo de instrumento com base nos seguintes fundamentos:

(i) a prescrição não integra o mérito do processo; e

Superior Tribunal de Justiça

(ii) a discussão sobre tal matéria "*não se tornará inútil caso venha a ser apreciada apenas por ocasião de eventual fase de apelação*" (e-STJ fl. 54).

Tal posicionamento, contudo, está em dissonância com o entendimento desta Corte firmado no sentido de que a prescrição se refere a matéria de mérito, seja ela de afastamento ou de acolhimento.

A propósito:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE REJEITA A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO RÉU. RECORRIBILIDADE IMEDIATA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO RECURSO COM BASE NO ART. 1.015, II, DO CPC/2015. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. QUESTÕES DE MÉRITO, SEJA NO ACOLHIMENTO, SEJA NA REJEIÇÃO.

1- Ação proposta em 27/10/2007. Recurso especial interposto em 26/09/2017 e atribuído à Relatora em 08/05/2018.

2- O propósito recursal consiste em definir se a decisão interlocutória que afasta a alegação de prescrição é recorrível, de imediato, por meio de agravo de instrumento interposto com fundamento no art. 1.015, II, do CPC/2015.

3- O CPC/2015 colocou fim às discussões que existiam no CPC/73 acerca da existência de conteúdo meritório nas decisões que afastam a alegação de prescrição e de decadência, estabelecendo o art. 487, II, do novo Código, que haverá resolução de mérito quando se decidir sobre a ocorrência da prescrição ou da decadência, o que abrange tanto o reconhecimento, quanto a rejeição da alegação.

4- Embora a ocorrência ou não da prescrição ou da decadência possam ser apreciadas somente na sentença, não há óbice para que essas questões sejam examinadas por intermédio de decisões interlocutórias, hipótese em que caberá agravo de instrumento com base no art. 1.015, II, do CPC/2015, sob pena de formação de coisa julgada material sobre a questão. Precedente.

5- Provido o recurso especial pela violação à lei federal, fica prejudicado o exame da questão sob a ótica da divergência jurisprudencial.

6- Recurso especial conhecido e provido" (REsp 1.738.756/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 22/02/2019).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE AFASTA A PRESCRIÇÃO. DECISÃO DE MÉRITO QUE DESAFIA O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 487, II, C/C ART. 1.015, II, DO CPC/15.

1. Segundo o CPC/2015, nas interlocutórias em que haja algum provimento de mérito, caberá o recurso de agravo de instrumento para impugná-las (art. 1.015, II).

2. No atual sistema processual, nem toda decisão de mérito deve ser tida por sentença, já que nem sempre os provimentos com o conteúdo dos arts. 485 e 487 do CPC terão como consequência o fim do processo (extinção da fase cognitiva do procedimento comum ou da execução).

3. As decisões interlocutórias que versem sobre o mérito da causa não podem ser tidas como sentenças, pois, à luz do novel diploma, só haverá sentença quando se constatar, cumulativamente: I) o conteúdo previsto nos arts. 485 e

Superior Tribunal de Justiça

487 do CPC; e II) o fim da fase de cognição do procedimento comum ou da execução (CPC, art. 203, § 1º).

4. O novo Código considerou como de mérito o provimento que decide sobre a prescrição ou a decadência (art. 487, II, do CPC), tornando a decisão definitiva e revestida do manto da coisa julgada.

5. Caso a prescrição seja decidida por interlocutória, como ocorre na espécie, o provimento deverá ser impugnado via agravo de instrumento. Já se a questão for definida apenas no âmbito da sentença, pondo fim ao processo ou a capítulo da sentença, caberá apelação nos termos do art. 1.009 do CPC.

6. Recurso especial não provido" (REsp 1.778.237/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 28/03/2019, grifou-se).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para prosseguimento no julgamento do agravo de instrumento, como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator